

**EXMO. SR. CORREGEDOR DO CONSELHO NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Autos: RECLAMACAO DISCIPLINAR Nº 1.00490/2019-06**

*“A justiça pode irritar porque é precária.  
A verdade não se impacienta porque é eterna.”*  
Rui Barbosa

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURISTAS PELA  
DEMOCRACIA – ABJD**, já devidamente qualificada nestes autos,  
representada por seus procuradores que a esta assinam, tendo tomado ciência  
do r. despacho publicado no dia 22 de julho de 2019, que indeferiu os  
embargos de declaração opostos nos autos da **Reclamação Disciplinar nº  
1.00490/2019-06**, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com  
amparo no art. 153 e 154, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013,  
interpor o presente

### **RECURSO**

à r. decisão que arquivou monocraticamente o pedido de investigação de atos  
praticados pelos Procuradores da República no Estado do Paraná **DELTAN  
MARTINAZZO DALLAGNOL, CARLOS FERNANDO DOS  
SANTOS LIMA** e os demais procuradores da República que fazem parte da  
força-tarefa da operação Lava Jato, citados pela prática de conluio com o ex-

juiz e atual ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Fernando Moro, nos ritos e encaminhamentos das investigações, revelados por meio das reportagens do portal da internet The Intercept Brasil, no Jornal Folha de São Paulo, no canal “O É da Coisa”, na rádio Band News e na Revista Veja, republicados nos diversos canais de mídia digital e impressa, e que rejeitou os embargos de declaração opostos mesmo diante de evidentes obscuridades, omissões e contradições.

É do seguinte teor a decisão recorrida:

“RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. IMPERATIVO REGIMENTAL PARA INSTAURAÇÃO DE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR E COLETA MÍNIMA DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO. DIVULGAÇÃO NA IMPRENSA DE SUPOSTOS DIÁLOGOS ENTRE JUIZ FEDERAL E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM APLICATIVO DE MENSAGENS. OBTENÇÃO MANIFESTAMENTE ILÍCITA E CRIMINOSA DOS SUPOSTOS DIÁLOGOS. AUTENTICIDADE DOS DIÁLOGOS NÃO RECONHECIDA E INDICAÇÃO DA SUA POTENCIAL ADULTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DOS SUPOSTOS DIÁLOGOS COMO ELEMENTO PROBATÓRIO. NULIDADE DA PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO (TEORIA DOS “FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA”). INEXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS APTOS PARA CONFIGURAR ILÍCITO DISCIPLINAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE JUSTA CAUSA, ENQUANTO LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO, A JUSTIFICAR A DEFLAGRAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DISCIPLINAR. PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. DIÁLOGOS QUE, MESMO QUE EXISTISSEM E HOUVESSEM SIDO CAPTADOS DE FORMA LÍCITA, NÃO CARACTERIZAM INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PEDIDO DE APREENSÃO

DOS TELEFONES CELULARES PARA A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. PEDIDO SUBSTANCIALMENTE IDÊNTICO AO DE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR JÁ ARQUIVADA (nº 1.00422/2019-93). ARQUIVAMENTO DESTA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR, NA FORMA DO ART. 76, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RICNMP. 1. O Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público torna cogente a instauração da Reclamação Disciplinar uma vez preenchidos os requisitos formais da representação inicial. Diferentemente da Notícia de Fato, por exemplo, não se admite o indeferimento da instauração da Reclamação Disciplinar, devidamente formalizada 2. Reclamação Disciplinar que imputa violação de dever funcional a Membros do Ministério Público amparada, exclusivamente, em notícia de sítio eletrônico da internet anunciando que obteve, de fonte dita anônima, mensagens trocadas pelo aplicativo Telegram entre Procuradores da República e Membro do Poder Judiciário Federal. Inexiste certeza sobre a existência dessas mensagens, tampouco sobre a sua não adulteração. Tal contexto torna essa “prova” (rectius: elementos de informação) estéril para os fins de apuração disciplinar. 3. Considerando a inexistência de autorização judicial para a interceptação (telefônica ou telemática) das referidas mensagens, a obtenção destas afigurou-se ilícita e criminosa, o que a torna inútil para a deflagração de investigação preliminar. Reconhecimento, no caso, da imprestabilidade da prova ilícita por derivação (Teoria dos “frutos da árvore envenenada”). 4. Unicamente em homenagem ao princípio da eventualidade, uma análise perfunctória das mensagens em questão, conjecturando a sua existência e a sua fidedignidade à realidade bem como a autorização judicial para a sua interceptação, não revela ilícito funcional. 5. O pedido de apreensão de aparelhos de telefonia celular para fim de perícia não guarda amparo legal, falecendo competência do CNMP para tal. 6. Caracteriza-se a reclamação repetitiva, impondo o arquivamento sumário, quando esta é oriunda de representação substancialmente idêntica (rectius: versando sobre objeto que essencialmente é o mesmo), à outra cujo

arquivamento já foi determinado. 7. Arquivamento imperioso da presente reclamação disciplinar, na forma do art. 76, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.”

A primeira coisa que quer evidenciar esta entidade, ora recorrente, é que, **diferente do que posto na decisão de arquivamento**, não pretende que as questões trazidas pelos diversos meios de comunicação sejam usadas como provas de violação de dever funcional dos representados de forma absoluta, mas sim que esse d. órgão, como responsável pela APURAÇÃO do cometimento de referidos desvios, dispondo da competência e dos instrumentos legais, possa e deva efetivamente fazê-lo, sob pena de passar um recado negativo à sociedade brasileira de que os membros da força-tarefa da operação Lava Jato são dotados de alguma espécie de imputabilidade, não prevista em normas, que os torna isentos de qualquer averiguação.

Requer esta entidade recorrente seja instaurado procedimento de investigação, para apuração dos fatos noticiados, o que, a toda evidência está no escopo das atribuições do CNMP que pode, inclusive, verificar a total improcedência dos fatos noticiados procedendo ao exame das conversas nos celulares dos procuradores representados, tal como pedido de medida preliminar na peça de representação sumariamente arquivada.

Os fundamentos mais nobres que autorizam a investigação por esse digno Conselho se encontram presentes na decisão exarada por Vossa

Excelência, em resposta ao pedido formulado por quatro conselheiros dessa Corte no dia 10 de junho de 2019<sup>1</sup>:

*“...Sem adiantar qualquer juízo de mérito, observa-se que o contexto indicado assevera eventual desvio na conduta de Membros do Ministério Público Federal, o que, em tese, pode caracterizar falta funcional, notadamente violação aos deveres funcionais insculpidos no art. 2362 da Lei Complementar nº 75/93. Com efeito, neste momento inicial, é necessária análise preliminar do conteúdo veiculado pela imprensa, notadamente pelo volume de informações constantes dos veículos de comunicação. Assim, presentes os requisitos de admissibilidade, é exigência do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público a instauração de Reclamação Disciplinar, consoante o art. 743 , caput, do Regimento Interno do CNMP. Com efeito, a Reclamação Disciplinar, inobstante a nomenclatura, é a classe procedimental base, tal qual uma notícia de fato, para que se possa registrar as diligências e formalizações de atos junto à Corregedoria Nacional, também por imperativo da Resolução CNMP nº 119/2015, que trata da obrigatoriedade de utilização do Sistema Eletrônico ELO.*

.....  
*ORLANDO MOREIRA Corregedor Nacional do Ministério Público” (grifos nossos)*

<sup>1</sup> <https://www.conjur.com.br/dl/cnmp-instaura-reclamacao-disciplinar.pdf>

O conteúdo acima, extraído da decisão proferida por Vossa Excelência, com o qual concordamos inteiramente, seria bastante para confirmar que o Conselho Nacional do Ministério Público tem ciência de sua imensa responsabilidade institucional, diante dos fatos gravíssimos que estão sendo revelados.

As divulgações no portal The Intercept Brasil, de diversas conversas travadas entre Procuradores da República vinculados à força-tarefa da operação Lava Jato, com especial destaque para o procurador Deltan Martinazzo Dallagnol, e o então juiz responsável para julgar os casos, Sérgio Fernando Moro, atualmente ministro da Justiça e da Segurança Pública, já possuem hoje vários outros portais de comunicação que verificam a autenticidade do conteúdo e o divulgam. São conteúdos publicados quase cotidianamente que, a cada dia, agravam substancialmente a situação dos envolvidos e requerem providências.

A conduta dos procuradores da força-tarefa da operação Lava Jato pontuadas nos diálogos – não negados por seus autores – que deixam de observar as normas que regem o exercício de suas funções ministeriais, resultam em **danos concretos não apenas às investigações criminais que conduzem, mas à própria imagem do Ministério Público Federal.**

Os argumentos dispostos no despacho, que arquiva o pedido de investigação, indicam ignorar por completo o teor das conversas divulgadas. Basta uma breve comparação de diálogos havidos entre juiz e procuradores, revelados pela imprensa, e ações imediatamente posteriores, no âmbito da investigação da operação Lava Jato para concluir, extreme de dúvidas, que a combinação era levada a êxito.

Peguemos alguns exemplos das primeiras divulgações do Portal  
The Intercept Brasil:

Dia 23 de março de 2016 – os diálogos

No início da tarde, o então juiz Sergio Moro soube que uma lista de políticos associados à Odebrecht se tornara pública nos autos de um processo da Lava Jato e determinou que ficasse sob sigilo. Em seguida, escreveu ao procurador Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa da operação, para reclamar da Polícia Federal e discutir a situação. Os políticos tinham direito a foro especial e só podiam ser investigados no Supremo Tribunal Federal

*Moro (13:06:32) – Coloquei sigilo 4 no processo, embora já tenha sido publicizado. Tremenda bola nas costas da PF. Não vejo alternativa senão remeter o processo do Santana ao STF.*

*Moro (13:06:42) – E vai parecer afronta.*

*Deltan (13:47:56) – Falei com Pelella. Ele disse que se resolve com a remessa dos autos (ajustei mandar Odebrecht e disse que manteríamos Zwi e Santana, com o que ele concordou e disse que cindirão e devolverão) e confidenciou que na próxima semana a pressão se transferirá para lá e esquecerão isso. Quanto à decisão de ontem, ele disse que certamente as coisas se acalmarão.*

Dia 28 de março de 2016 – os fatos

O juiz federal Sérgio Moro assinou despacho enviando ao Supremo Tribunal Federal (STF) os processos decorrentes da 23ª e 26ª fase da Operação Lava Jato, denominadas Acarajé e Xepa. O MPF pediu que fosse mantida em Curitiba, com o juiz Moro, a parte do processo referente aos pagamentos feitos por Zwi Skornicki e pelo Grupo Odebrecht a João Cerqueira de Santana Filho e a Mônica Regina Cunha de Moura, bem como aos pagamentos de Zwi Skornicki a Pedro José Barusco Filho Eduardo Costa Vaz Musa.

Exatamente como o procurador Deltan Dallagnol prometera ao juiz Sérgio Moro.



## **NOVAS E GRAVÍSSIMAS DIVULGAÇÕES NÃO NEGADAS PELOS PROCURADORES:**

1. Revelações do dia 14 de julho, feitas na revista Veja, dão conta de que o procurador Deltan Dallagnol e um colega seu da Lava Jato, Roberson Pozzobon, discutiram a constituição de uma empresa, e usariam a família como sócios; a criação de um instituto sem fins lucrativos para pagar altos cachês a eles mesmos, além de uma parceria com uma firma organizadora de formaturas para alavancar os ganhos do projeto. A Lava Jato seria usada para dar origem a um “Plano de Negócios”.

2. No dia 26 de julho, matéria da Folha de São Paulo dá conta de que o procurador da República Deltan Dallagnol fez uma palestra remunerada no valor de R\$ 33 mil, em março de 2018, para uma empresa citada em acordo de colaboração premiada, no âmbito da operação Lava Jato. A empresa do setor de tecnologia Neoway.

Além de participar do evento remunerado da companhia, Dallagnol aproximou membros da Procuradoria e representantes da Neoway, com o objetivo de viabilizar o uso de produtos da empresa, em trabalho da força-tarefa.

3. Também na mesma sexta-feira (26/07) revelações feitas no programa “OÉdaCoisa”, na rádio Band News demonstram que Deltan Dallagnol também deu palestra remunerada, com hospedagem paga e motorista à disposição em São Paulo, à empresa XP Investimentos. Uma reunião privada, com banqueiros e investidores para discorrer sobre o tema “Lava Jato e eleições”. A reunião em questão não possui nenhum registro e, segundo a assessora que convidou o procurador, eram feitas em “um



ambiente mais controlado”, onde o convidado ficava à vontade para emitir pareceres e opiniões.<sup>2</sup>

**Um procurador da República em um ambiente privado, reunião fechada com banqueiros para emitir opiniões sobre a investigação que conduzia e as eleições no Brasil?? Em que legislação brasileira isso encontra algum amparo?**

O representante da Transparência Brasil, que acompanhou Deltan Dallagnol à reunião, Guilherme Donega, consultor do Programa de Integridade em Mercados Emergentes da entidade, confirmou a reunião e sua presença. Portanto, nobres conselheiros, não há qualquer dúvida da veracidade dos diálogos revelados<sup>3</sup>, sendo, portanto, descabidos fundamentos que apontem para a possibilidade de não reconhecimento dos conteúdos disponibilizados.

**São todas revelações alarmantes que, a toda evidência, não podem ser ignoradas por esse d. Conselho.** E o conteúdo revelado, na verdade, é muito maior do que estamos apontando aqui.

---

<sup>2</sup> <https://theintercept.com/2019/07/26/deltan-encontro-secreto-bancos-xp/>

<sup>3</sup> <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/07/26/deltan-e-fux-em-reunioes-clandestinas-com-banqueiros-tema-lj-e-eleicoes/>

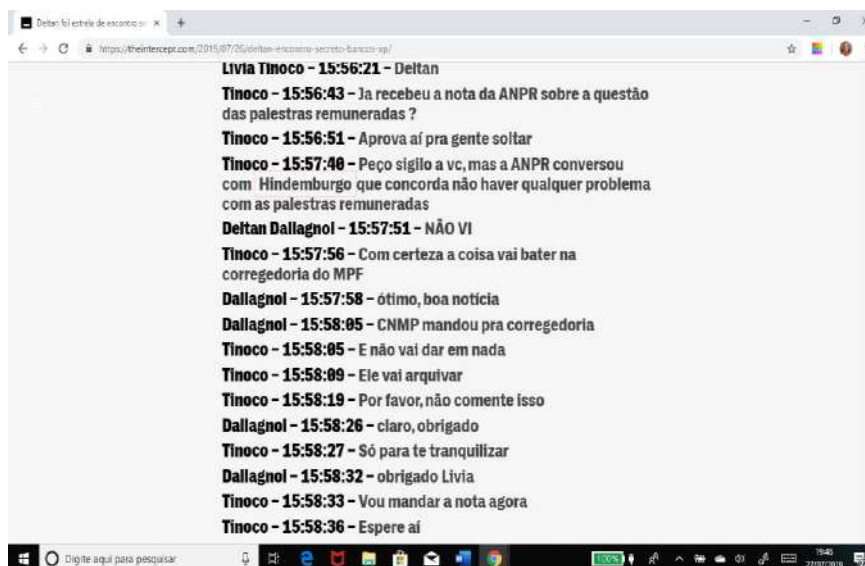


É oportuno recordar que nesse mesmo CNMP já houve representações questionando as palestras altamente remuneradas feitas, em dias e horários de trabalho, por procuradores da força-tarefa da operação Lava Jato, com especial destaque ao procurador Deltan Dallagnol, bem assim interpelações no momento da tentativa de constituição da assim publicamente denominada “Fundação Lava Jato”. Infelizmente esse ilustre órgão de controle não houve por bem investigar os fatos que lhe foram apresentados.

Diálogos divulgados demonstram que notas produzidas pela Associação Nacional de Procuradores da República – ANPR em defesa do

<sup>4</sup> <https://veja.abril.com.br/politica/deltan-usou-fama-com-lava-jato-para-lucrar-apontam-novos-dialogos/>

procurador Deltan Dallagnol e da lisura de suas palestras, foram editadas e aprovadas por ele mesmo.



“Não vai dar em nada”.

É desse modo que uma colega avisa a um procurador o que irá ocorrer com um pedido de investigação na Corregedoria do Ministério Público Federal antes mesmo que seja analisado. **Não dar em nada** significa a desmoralização dos órgãos, a recusa em verificar a ocorrência de desvio funcional, em um comportamento corporativista que não pode encontrar lugar em nossa democracia. E de fato a investigação fora arquivada sem “dar em nada”.

Pelos diálogos, tanto Deltan Dallagnol quanto toda sua equipe se mostravam cientes de riscos de desvios éticos nos trabalhos remunerados pelas empresas. Jocosamente respondeu o procurador em uma conversa: “o risco tá bem pago..rs”.

A falta de ética e de pudor é gritante e parece se pautar em uma ideia de total impunidade, como estando fora do alcance de qualquer controle.

Desta forma, solicitamos seja este **RECURSO** submetido ao plenário desse digno Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, nos termos regimentais, para que seja recebida a Reclamação Disciplinar e instaurado o competente Processo Administrativo Disciplinar, em desfavor dos membros da força-tarefa da operação Lava Jato, na pessoa dos coordenadores Deltan Martinazzo Dallagnol e Carlos Fernando dos Santos Lima, além de todos os demais procuradores citados nos diálogos revelados e partícipes nos fatos, nos termos do art. 5º, IX, do Regimento Interno desse CNMP e, caso confirmado o cometimento das infrações disciplinares, sejam punidos com a pena considerada cabível à espécie.

Preliminarmente reiteramos os pedidos cautelares feitos na peça de representação para que esse d. Conselho:

- a) requirite aos Reclamados que disponibilizem seus aparelhos celulares para serem periciados, a fim de verificar a autenticidade dos diálogos divulgados;
- b) determine o imediato afastamento do coordenador Deltan Dallagnol e dos demais membros da força-tarefa citados nos diálogos, da força-tarefa da operação Lava Jato, até que sejam esclarecidos os fatos e diante do evidente risco de adulterarem e ocultarem provas.

Termos em que pede deferimento.

Brasília (DF), 29 de julho de 2019.

**NUREDIN ADHMAD ALLAN**  
**OAB/PR 37.148-A**

**PAULO FREIRE**  
**OAB/DF 50.755**

**RAIMUNDO CEZAR BRITO ARAGÃO (CEZAR BRITO)**  
**OAB/DF 32.147**

**RIVADAVIO ANADÃO DE OLIVEIRA GUASSÚ**  
**OAB/DF 41.777**